

Educação é a herdeira de Afif

Muito se tem conversado no governo sobre a extinção do Sebrae. Mais ainda têm falado sobre o assunto os ministros José Serra, do Planejamento, e Paulo Renato Souza, da Educação. O primeiro — com apoio do governo todo, incluindo aí o presidente — não sossega enquanto não se livrar de Guilherme Afif e sua turma, que recolhem por ano mais de R\$ 500 milhões das folhas de pagamentos das empresas via INSS.

O segundo não descansa enquanto não tiver aprovado seu projeto de redistribuição de recursos para o ensino de 1º grau e, coincidência das coincidências, vai precisar justamente de R\$ 500 milhões para colocá-lo em prática. Junte-se essas duas vontades e fica fácil concluir o que se articula no Palácio do Planalto e cercanias.

Exato. Ganha substância a cada dia a idéia de acabar com o desconto compulsório para o Sebrae — que gasta tudo em publicidade — e colocar esse mesmo dinheiro em atividades mais úteis. A Educação, por exemplo. Nesse contexto, é como se diz num outro gabinete da Esplanada que não é ocupado por nenhum dos ministros já citados: a pisada no tomate de Henrique Hargreaves foi providencial.

Livrou-se o ministro Sérgio Motta de um subordinado que nunca desejou (diga-se de passagem, a recíproca era verdadeira) e ganhou Paulo Renato a possibilidade de realizar o que ele chama de “revolução”. Se vingar a articulação, ganham todos.

No dia 15 de outubro chega ao Congresso um pacote de emendas constitucionais e projeto de lei modificando totalmente a forma de distribuição do dinheiro para o ensino básico. Nesta fase anterior ao envio ao Legislativo, o ministro Paulo Renato trata de discutir as modificações com os interessados.

Já esteve com os governadores, comissões de Educação da Câmara e do Senado, secretários estaduais de Educação, prefeitos, e ontem encontrou-se com professores. No geral, tirando uma exigência aqui e ali, as propostas estão sendo bem recebidas e, na avaliação do ministro, devem ser aprovadas no início do ano para entrar em vigor ainda em 1996.

Apesar de o projeto já ter sido divulgado há coisa de duas semanas, sempre vale a pena falar mais no assunto, uma vez que raramente o brasileiro se debruça com interesse sobre a questão educacional. Compreensível até esse relativo desprezo que reservamos à Educação. É justamente fruto da falta que ela faz.

Mas o que está propondo o Ministério da Educação é uma forma de evitar o uso do dinheiro destinado ao primeiro grau com, por exemplo, construção de ginásio de esportes nas cidades que recebem a verba mas não aplicam um tostão em escola.

Paulo Renato faz uma afirmação incomum. Segundo ele, o problema da educação básica não é dinheiro. Em matéria de volume há até demais. A receita hoje é de R\$ 23,2 bilhões, considerando-se aí tudo o que sai da União, dos estados e municípios, mais salário-educação e Fundo Social de Emergência.

A questão é a forma como essa dinheirama é distribuída. Levam-se em consideração critérios relativos à população e à renda *per capita*, mas não se cria ao mesmo tempo nenhum tipo de parâmetro que vincule sua distribuição às necessidades da educação. Para simplificar: o Brasil investe hoje 20% de tudo o que arrecada com impostos em educação, mas continuamos a ser um povo desprovido do produto.

Nos acostumamos a imaginar que a roubalheira explica tudo. Neste caso, explica apenas parte do problema. Há desvio de recursos? Há, mas não é só isso. No diagnóstico preparado pelo ministério, há distorções que fazem o poder público gastar R\$ 1.166 com um aluno por ano na rede municipal de São Paulo e no Maranhão o mesmo gasto ser de R\$ 88.

Mais ainda: constatou-se que municípios do Nordeste não têm como oferecer ensino de qualidade nem maneira de pagar decentemente um professor, que chega a receber por lá R\$ 30 mensais.

Os municípios do Centro-Sul, por sua vez, têm maior arrecadação, recebem um bom repasse de dinheiro e, em sua maioria, não abrigam uma só escola em sua rede municipal. Um exemplo escandaloso ocorre em São Paulo. De acordo com dados do ministério, a maior parte daquelas cidades médias cheias de paulista rico não dispõe de um só aluno na rede municipal.

Paulínia é uma delas. Lá existe transporte gratuito para a população. Ora, se o dinheiro vai para a prefeitura para ser aplicado no ensino básico, como explicar que ali não tenha um só aluno estudando por conta da prefeitura? E o dinheiro, onde está?

Talvez esteja financiando transporte gratuito para a população.

O que o ministério bolou foi justamente uma fórmula de acabar com isso e, de quebra, melhorar o salário do professor. Cria-se um fundo com parte do dinheiro que hoje vai direto para a prefeitura. Metade tem de ser aplicada no pagamento do professor ativo (aposentado não vale) e a outra parte vai para o custeio do aluno.

A diferença é que só recebe quem tiver aluno, escola, professor, enfim, rede municipal funcionando. Só que para garantir receita aos municípios mais pobres onde a arrecadação é baixa, o Ministério da Educação precisa entrar com R\$ 870 milhões.

Já tem de onde tirar R\$ 370 milhões. Faltam apenas os R\$ 500 milhões de Afif.

O país gasta muito dinheiro com Educação e o brasileiro continua sem ela